

35. Encontro Anual da ANPOCS

GT 24 – O pluralismo na teoria contemporânea

Ação, relevância e interpretação subjetiva

Hermílio Santos (PUCRS)

Ação, relevância e interpretação subjetiva

Hermílio Santos (PUCRS)¹

Resumo

Paralelamente às abordagens mais influentes na sociologia brasileira, como as diversas vertentes de estruturalismo, pós-estruturalismo e teoria crítica, outras perspectivas analíticas têm se mostrado profícuas para a compreensão de aspectos da realidade brasileira. Dentre elas destacam-se aquelas que têm como ponto de partida a compreensão de que os indivíduos, também em sociedades como a brasileira, encontram-se como que compelidos cada vez mais às escolhas e à definição do estilo de vida. A análise sociológica das narrativas biográficas e da vida cotidiana torna-se, dessa maneira, promissora também na sociologia brasileira. Recupera-se aqui o conceito de *relevância* em A. Schütz como elemento-chave para a compreensão das interpretações subjetivas do mundo da vida em uma teoria da ação que tem se mostrado influente tanto no debate teórico, como também no desenvolvimento de metodologias para a pesquisa empírica. Ao recuperar elementos fundamentais da sociologia de Schütz, o artigo explicita as bases epistemológicas para uma teoria da ação, bem como para a pesquisa empírica, voltada à compreensão das interpretações subjetivas do mundo da vida.

Introdução

A contribuição sociológica brasileira recente tem privilegiado, em boa medida, abordar os principais temas de interesse sociológico a partir de uma dimensão que pode ser caracterizada como macro-sociológica. Nessas análises ganham relevo aspectos estruturais e as condições objetivas que envolvem o problema analisado. Por um lado, representa aporte indispensável para a compreensão de um fenômeno social, na medida em que permite entender os contornos estruturais do problema, assim como o contexto em que operam os indivíduos diretamente vinculados ao objeto sob investigação. Por outro lado, porém, a literatura sociológica tem dedicado relativamente pouca atenção a outras perspectivas analíticas que podem trazer contribuições importantes ao entendimento de diversos problemas sobre os quais os sociólogos têm se ocupado, em especial aquelas que se propõem explorar as interpretações subjetivas dos atores. Este tipo de análise concede ao indivíduo um *status* de ator que interpreta as coisas com as quais está confrontado (pessoas, idéias, acontecimentos, etc.), a fim de se posicionar no mundo e, com isso, estabelecer seu roteiro de ação. Esse

¹ O presente texto foi produzido no âmbito da pesquisa “Adolescentes e experiências com delinquência”, que se encontra em desenvolvimento com financiamento da CAPES-FINEP, CNPq e FAPERGS. Contato com o autor: <hermilio@puers.br>.

pressuposto ontológico é compartilhado por diversas correntes da sociologia compreensiva, como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, além da sociologia influenciada pela fenomenologia. Comum a todas essas abordagens é o pressuposto de que o ator social não é um mero internalizador de normas; ao contrário, esse ator é, segundo Arthur S. Parsons, um agente consciente e responsável pela adoção ativa de códigos normativos na interpretação da realidade social (Parsons, 1978, p. 111). É precisamente essa interpretação subjetiva da realidade ou do contexto social que oferece o principal objeto de análise do presente texto, que tem na sociologia de Alfred Schütz² um suporte teórico importante – em especial sua análise do *mundo da vida* e do *sistema de relevância* –, sobretudo por permitir problematizar a interpretação subjetiva do ator para a compreensão de sua ação, além de informar metodologias que procuram precisamente capturar a interpretação subjetiva dos atores.

Dentre os mais importantes e profícuos autores da sociologia no século XX, Alfred Schütz talvez seja o menos conhecido no Brasil. Contribui para esse desconhecimento o fato de haver ainda hoje somente uma coletânea de textos do autor em língua portuguesa (Schutz, 1979), embora sua produção seja acessível não apenas em alemão, mas também em inglês e espanhol. Contudo, outra razão parece ser mais importante para a ainda modesta recepção da obra de Schütz entre os sociólogos brasileiros. O estudo da ação coletiva (de movimentos sociais, por exemplo) e das estruturas sociais, baseadas, sobretudo, no marxismo, no estrutural-funcionalismo e em teorias sistêmicas – ou em abordagens teóricas herdeiras imediatas de algumas dessas escolas –, praticamente monopolizaram o interesse dos cientistas sociais brasileiros até muito recentemente, dando relativamente pouca atenção ao estudo da ação individual. Há ainda uma outra razão para a ainda modesta recepção da sociologia schutziana na sociologia brasileira: trata-se de seu baixo ou inexistente apelo normativo, ou seja, o compromisso analítico proposto por Schütz não parece oferecer qualquer roteiro de construção de uma realidade social promissora ou qualquer utopia, o que poderia provocar alguma simpatia no empreendimento acadêmico em uma parcela significativa de cientistas sociais.

² O nome do sociólogo austríaco Alfred Schütz apresenta-se grafado de duas maneiras: Schutz e Schütz. Nos países de língua alemã suas publicações aparecem com o nome grafado com o trema. Nos Estados Unidos, os textos do autor passaram a ser publicados sem o trema. No Brasil, a difusão da obra de Alfred Schütz é mais conhecida por meio da coletânea de artigos do autor organizada por Helmut Wagner, publicado no Brasil em 1979, que traz o nome grafado sem trema. Optou-se aqui, ao fazer referência ao autor, por manter a grafia da maneira como aparece na obra citada. Quando o autor aparece no texto sem referência direta a uma obra, o nome é grafado como nos países de língua alemã, Alfred Schütz.

É possível identificar, porém, nos anos mais recentes, um interesse crescente por outras abordagens capazes de acrescentar novos conhecimentos acerca da realidade social brasileira. Nesse sentido, a obra de Alfred Schütz pode representar uma importante referência não apenas para discussões estritamente teóricas, mas pode servir igualmente de fundamentação epistemológica para pesquisas empíricas que têm na ação individual o foco da investigação sociológica. Antes de explorar uma dessas possibilidades – a abordagem das narrativas biográficas – o artigo discute o lugar do conceito de relevância para a compreensão da interpretação subjetiva.

1- Ação e relevância

O empreendimento proposto por Schütz sugere que o sociólogo que pretenda oferecer uma compreensão da vida cotidiana deve voltar-se para o *mundo da vida*, colocando-se questões como “o que significa esse mundo social para o ator observado dentro dele, e o que ele quis dizer através de sua ação dentro dele?” (Schutz, 1979, p. 265). O pressuposto aqui é que cada indivíduo constrói o seu próprio mundo, a partir dos elementos oferecidos por outros com os quais mantém algum tipo de relação. O ponto de partida da investigação sociológica de Schütz, então, é a interpretação da compreensão do significado subjetivo atribuído aos fenômenos por parte do ator no mundo da vida, pois “a salvaguarda do ponto de vista subjetivo é a única, porém suficiente, garantia de que o mundo da realidade social não será substituído por um mundo fictício, inexistente, construído pelo observador” (Schutz, 1979, p. 266).

A sociologia de Schütz, contudo, não deve ser confundida com a tarefa de simplesmente “dar voz” ao objeto de investigação, mas, seguindo-se a tradição da sociologia compreensiva³ (*verstehende Soziologie*) de Weber, o que se pretende é explorar os conhecimentos do senso comum, o que implica, necessariamente, em interpretar a interpretação dos indivíduos no mundo da vida, já que esta afeta em grande medida o *ser-no-mundo*, ou seja, a capacidade de atribuir sentido (Staudigl, 2007, p. 235). O empreendimento investigativo implica então em assumir o que Schütz denomina de “constructos de primeiro

³ Assim como Pierucci (2005, p. 62, nota 34), adoto a expressão “sociologia compreensiva” e não “sociologia interpretativa”, utilizado em algumas traduções em diversas línguas.

grau”, ou seja, aqueles envolvidos na experiência do senso comum na vida cotidiana, como o objeto de análise sociológica, ou seja, dos constructos de segundo grau, “formados de acordo com as regras de procedimentos válidas para todas as ciências empíricas” que constituem “constructos objetivos típicos, idealizados e, como tais, de tipo diferente dos desenvolvidos no primeiro grau, o do pensamento do senso comum...” (Schutz, 1979, p. 271).

O mundo da vida (*Lebenswelt*) em Schütz é o mundo intersubjetivo pré-existente assumido como dado pelo indivíduo a partir de uma “atitude natural”, em que o indivíduo reconhece as coisas objetivas da vida, assim como as condições para a ação (por exemplo, as intenções dos outros e as suas próprias). Na atitude natural da vida cotidiana suspende-se a dúvida em relação à existência dessas próprias coisas, já que todas as experiências passadas estão presentes como que ordenadas, como conhecimento ou como consciência daquilo que se pode esperar que ocorra, pois “se assim foi, assim poderá ser”. Entretanto, tudo aquilo que é considerado como dado (*taken for granted*) nas situações do mundo da vida é cercado de incertezas. Dessa maneira, a atitude natural se dá simultaneamente à interpretação por parte dos indivíduos, baseada, sobretudo, no estoque de conhecimento disponível ao indivíduo, ou seja, apoiada no “conhecimento à mão”, que funciona como um “código de referência” para o indivíduo. Dessa maneira, esse sistema de conhecimento – que é resultante da sedimentação de experiências subjetivas no mundo da vida – assume, para aqueles indivíduos que se reconhecem membros internos de um grupo ou comunidade, um aspecto de coerência necessário que permita que todos tenham uma *chance* razoável de compreenderem e serem compreendidos. As abordagens de mundo da vida em Habermas e de *habitus* em Bourdieu nos conduzem a outras direções, distintas destas sugeridas por Schütz no que se refere ao *status* das subjetividades em uma teoria da ação. Nesse sentido, ainda que brevemente, convém dialogar com estas referências mais influentes na sociologia brasileira.

O conceito de mundo da vida, originário da fenomenologia de Edmund Husserl, encontrou uma importante recepção não apenas em Schütz, mas também em Habermas. Embora a apropriação do conceito por Habermas não tenha implicado em assumir na íntegra o conceito tal como concebido por Husserl – sobretudo por ele ter se valido adicionalmente do conceito de “formas de vida”, de Wittgenstein (Habermas, 1999, p. 182; Oliveira, 1999, p. 133) –, a distinção mais importante entre Schütz e Habermas no tocante ao conceito em tela parece residir nas implicações que a ideia de mundo da vida podem assumir na sociabilidade. Ao contrário de Schütz, parece-me, em Habermas, o conceito de mundo da vida havia

assumido um componente marcadamente normativo (Oliveira, 1999, p.144). Nesse sentido, Habermas parece ter radicalizado a centralidade do mundo da vida na estabilização da vida social. Essa posição, contudo, foi revista em sua obra *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (2003, p. 20). Habermas situa a ação comunicativa como a atividade por excelência do mundo da vida e afirma explicitamente que essa ação comunicativa não é fonte de normas de como proceder a ação (Habermas, 2003, p.44).

Essa virada interpretativa conduziu o autor a substituir a função estabilizadora da ordem social, antes atribuída ao conceito de mundo da vida, ao direito. Nesse sentido, mesmo procurando preservar a importância do mundo da vida como um espaço vital, este parece inevitavelmente perder *status* em sua hierarquia conceitual e analítica, tendo em vista o caráter normativo de seu empreendimento interpretativo. Bastante distinta é a maneira como Schütz se vale do conceito, talvez em razão do sociólogo austríaco atribuir ao ator uma possibilidade interpretativa – de uma maneira que, parece-me, Habermas não está disposto a reconhecer –, tendo o mundo da vida como pano de fundo para esse empreendimento interpretativo. O problema aqui, portanto, não poderia ser considerado como resolvido apenas deslocando-se o centro normativo da sociedade, ou seja, do mundo da vida para o direito, caso não ocorra um movimento semelhante no reconhecimento dos atributos interpretativos do sujeito na constituição da ordem social.

O trabalho interpretativo do indivíduo implica, na sociologia de Alfred Schütz, em ele ter à sua disposição um sistema de relevâncias e tipificações, que é parte daquilo que é transmitido aos membros do grupo interno pela educação. Esse sistema preenche as seguintes funções: a) determinar quais eventos devem ser tratados como tipicamente iguais; b) transformar ações individuais únicas de seres humanos únicos em funções típicas de papéis sociais típicos; c) funcionar como um código de interpretação e ao mesmo tempo como código de orientação aos membros do grupo interno, criando assim um universo comum de discurso. Desse sistema do qual estamos tratando aqui depende ainda a interação humana, quando o código de tipificação é estandardizado e o sistema de relevância institucionalizado. Esse sistema comum de relevâncias e tipificações dá origem às tipificações e estruturas de relevâncias individuais, instrumental básico para que o indivíduo proceda à interpretação.

O que para Durkheim (1962) apresenta-se ao indivíduo como sendo um constrangimento para a ação – papel exercido pelas representações coletivas –, para Schütz, trata-se de uma referência a que o indivíduo pode dispor e se apegar, mas que é objeto de sua

interpretação, desde que este esteja devidamente provido das capacidades cognitivas para tanto, desenvolvidas desde a infância (Schütz, 2003, p. 339; ver também Cicourel, 2007, p. 175). Aqui, o indivíduo orienta-se por uma “atitude natural” em relação ao mundo, referida acima, ou seja, supõe acreditar nas coisas da vida cotidiana. Contudo, em termos fenomenológicos – diferentemente da fé religiosa, por exemplo – “acreditar em” implica em fazer das situações cotidianas objeto de inspeção e interrogação (Natanson, 1998, p. 7). Nesse sentido, na análise de Schütz, ao indivíduo é concedido um *status* de ator que interpreta as coisas com as quais está confrontado (pessoas, idéias, acontecimentos, etc.), a fim de se posicionar no mundo e, com isso, estabelecer seu roteiro de ação.

É possível que nesse ponto, ou seja, quando Schütz considera em sua análise os atributos interpretativos dos indivíduos na vida cotidiana, resida o aspecto mais importante do projeto fenomenológico da sociologia de Schütz no que se refere à tentativa de fusão⁴ das duas principais bases fundamentais sobre as quais se assentam sua interpretação, ou seja, a fenomenologia de Husserl e a sociologia da ação de Weber⁵. Weber aponta que os indivíduos, na ação, atribuem sentido subjetivo, considerando o comportamento presente, passado e o possível comportamento futuro daqueles com os quais interage, ao mesmo tempo em que é considerado por outros (Weber, 2003: 13-16) – o que deixa claro que o indivíduo é, para Weber, um intérprete por excelência –, deve-se considerar também que, de acordo com Husserl, a realidade é “colocada entre parênteses” (Wagner, 1979: 8). Isso significa que, de acordo com Husserl, a atividade interpretativa do indivíduo implica que este coloca em suspenso tudo à sua volta, a fim de que sua interpretação da realidade possa receber a chancela de sua atribuição subjetiva de sentido.⁶

⁴ Essa fusão não deve ser entendida como uma tentativa de justaposição de interpretações. Ao contrário, trata-se de uma fusão a partir de uma apropriação crítica que Schütz realiza de Weber e Husserl, objeto, aliás, de críticas, como aquelas formuladas por Giddens (1978: 24-34), por Gorman (1979) e a de Campbell (1996:33); este último exclusivamente no que se refere a Weber. Gorman, ao contrário de recusar as contribuições da fenomenologia “schütziana” para a pesquisa sociológica, pretende justamente oferecer uma formulação que supere os problemas que ele identifica em Schütz; empreendimento cujos resultados, comprometidos com o que o Gorman denomina de uma “mudança social libertadora” (Gorman, 1979: 188).

⁵ A sociologia fenomenológica de Schütz possui ainda uma terceira base de apoio importante, a teoria da ação econômica formulada por Ludwig von Mises, um dos principais representantes da Escola Econômica de Viena. Fundamental aqui para Schütz é sua teoria do valor, em que se acentua a perspectiva subjetiva na valorização de bens específicos (sobre isso ver Endreß e Renn, 2004: 18-20 e 25-36).

⁶ Em artigo publicado originalmente em 1981, Keneth R. Muse, aponta que alguns autores (por exemplo, George Psathas e Helmut R. Wagner) identificam nas formulações metodológicas de Weber aspectos “fenomenológicos” (por exemplo, na doutrina da *Verstehen*), embora, segundo Muse, o próprio Weber não tenha reconhecido tais elementos como sendo “fenomenológicos”. Por outro lado, o argumento de Muse é de que é possível identificar evidências fortes do impacto da obra de Husserl, “fundador” da fenomenologia, em Weber. Porém, essa influência se encontra onde, segundo ele, menos se espera: na doutrina do tipo ideal (ver Muse, 1991). Para uma

As comunidades, ou o grupo interno, nos termos de Schütz, afirmam-se e são possíveis na medida em que há a percepção do eu e do outro, ou seja, a percepção da identidade e da alteridade. O estabelecimento de uma vida comum com outros pressupõe necessariamente o compartilhamento de significados que dão sustentação aos relacionamentos sociais (Schutz, 1979, p. 80; ver também Schutz, 1972, p. 202) ou de uma identidade coletiva expressa por valores comuns, que são reafirmados nos ambientes de comunicação, em relações interativas (Schutz, 1979, p. 160). Isso significa que as pessoas de uma determinada comunidade ou grupo possuem algo socialmente significativo em comum, tendo em tal elemento ou elementos o demarcador de fronteiras, pois “... o significado subjetivo que o grupo tem para os seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum e, com ela, de um sistema comum de tipificações e relevâncias” (Schutz, 1979, p. 82), quando, ao se reconhecer similaridades delinea-se ao mesmo tempo as diferenças (Jenkins, 2002, p. 80).⁷ Isso implica em dizer que os membros do grupo interno não possuem “conhecimento sobre”, mas “conhecimento de” um contexto, com o qual o indivíduo está suficientemente familiarizado (Nasu, 2006, p. 391). Contudo, essa familiaridade não está dada desde sempre, transmitida por parentes e professores, por exemplo, mas deve ser configurada em cada situação (Nasu, 2006, p. 394).

O conceito de *habitus*, tal como empregado por Bourdieu (1980, 2000 e 2005), ou seja, “como sistema de disposições socialmente constituídas que (...) constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2005, p. 191) aproxima-se, parece-me, em alguma medida, das características identificadoras dos membros do “grupo interno”, na formulação de Schütz⁸. O *habitus* de um agente está ancorado em suas experiências passadas e, além de compor seu pensamento e percepção da realidade presente, acaba por definir a prática do agente de maneira regular e constante (Crossley, 2001, p. 83), expressa pelos traços simbólicos de distinção, revelados por meio de um conhecimento adquirido, que se traduz pelos estilos de vida, como também pelos julgamentos políticos, morais, estéticos, etc. (Bourdieu, 1980, p. 92 e 2000, p. 61). Dessa maneira, poder-se-ia afirmar que os membros de determinado grupo

breve e importante comparação das abordagens da fenomenologia do mundo da vida em Weber e Schütz, ver John R. Hall (1991).

⁷ Na análise do “estranho”, empreendida por Schütz, verifica-se de maneira bastante nítida o lugar da percepção da alteridade no estabelecimento da ação individual (ver, por exemplo, Schütz, 2004a, p. 219; 2004b, p. 116; 1979, p. 85).

⁸ Bülow-Schramm e Gerlof (s/d) vêem igualmente pontos de aproximação entre ambos os conceitos.

interno vinculam-se uns aos outros por um *habitus* específico; porém, Bourdieu afirma (2000, p. 92) que o *habitus* viabiliza a produção de *todos* os pensamentos, de *todas* as percepções e também de *todas* as ações, o que parece restringir enormemente a possibilidade de interpretação do seu próprio *habitus* por parte do indivíduo. Se por um lado parece haver certa proximidade entre o conceito de *habitus* e o de “grupo interno”, por outro lado, resta evidente que o papel de intérprete dos indivíduos ou agentes não é enfatizada com a mesma intensidade em ambas as abordagens. Crossley (2001, p. 85) aponta precisamente essa diferença entre ambas as abordagens, ou seja, de que a fenomenologia, assim como aquelas escolas que ele denomina “fenomenologias sociais” (etnometodologia e interacionismo simbólico), acentuam demasiadamente o horizonte interpretativo do agente.⁹ Seja como for, é um debate que, além de pertinente, parece-me bastante promissor. De todo modo, trata-se de um debate que poderia se dar em torno ao conceito de relevância, tendo em vista as implicações que este conceito assume em Schütz para a pesquisa empírica.

Outra abordagem influente parece igualmente aproximar-se daquela oferecida pela sociologia de Schütz: a teoria do discurso de Foucault, em razão, sobretudo, do papel exercido pela linguagem na estruturação da realidade. De acordo com Foucault (1992, p. 11), em qualquer sociedade o discurso é construído em um processo no qual se configuram as disputas em torno ao poder. É nesse sentido que a interdição é um dos procedimentos mais evidentes e conhecidos para evitar que as posições de poder se tornem intercambiáveis, ou seja, a sedimentação de posições consolida-se já no âmbito discursivo – já que objeto de controle –, pois a fala não poderá implicar na subversão de posições de poder. Assim, o discurso torna-se um elemento constitutivo da construção social da realidade (Völter, 2003, p. 39). Contudo, se por um lado parece haver certa proximidade entre a teoria do discurso de Foucault e a ênfase atribuída por Schütz ao processo de interpretação individual do mundo da vida, por outro lado, a abordagem de Foucault parece indicar que o indivíduo mantém-se refém de uma interpretação condicionada pelos processos de exclusão no âmbito discursivo operados em qualquer sociedade (Foucault, 1992, p. 11), ao qual o indivíduo estaria inexoravelmente submetido.

A teoria da relevância, proposta por Schütz, parece dar conta de alguns dos limites apontados nas teorias mencionadas brevemente acima. Schütz (2004b) empreende dois tipos

⁹ Da mesma forma, Throop e Murphy (2002) escrutinam as críticas à fenomenologia de Schütz formuladas por Bourdieu.

de distinção no que se refere à relevância; a primeira delas entre relevâncias impostas e volitivas. Por exemplo, a presença em um ciclo de palestras pode ocorrer como parte do calendário ordinário das atividades acadêmicas, fazendo com que a mobilização de ações para viabilizá-la seja imposta. Neste sentido, todas as ações que tornem possível a presença nessa atividade estão estabelecidas de fora. Assim, o estudante terá que se informar e dar atenção a uma série de dados que, de outra maneira, provavelmente não fariam parte voluntariamente da sua atenção. Nesse caso diz-se que a relevância é imposta. Porém, mesmo entre aqueles presentes em que tal atividade assume uma relevância imposta, um ou outro dentre os presentes poderá encontrar durante a semana, palestras ou pelo menos parte de algumas dessas palestras que poderão alcançar relevância volitiva, pois terão sua importância destacada voluntariamente, em razão do interesse momentâneo ou futuro identificado por ele, desde que considerado útil para a ação.

Por outro lado, esses dois tipos de relevância podem assumir características motivacionais, temáticas ou interpretativas. O primeiro tipo, a relevância motivacional, caracteriza-se por orientar-se pelos interesses do indivíduo em uma situação determinada. Isso implica em dizer que o indivíduo “separa, dentre os elementos presentes na situação, os que servem para defini-la à luz dos propósitos que essa pessoa tem em mente” (Wagner, 1979, p. 23). Esse processo ocorre quando os elementos da situação vivida são suficientemente familiares ao indivíduo. Quando não for esse o caso, ou seja, se os elementos envolvidos na situação não são suficientemente conhecidos, o esforço do indivíduo estará voltado para a definição da situação, já que ocupa o *status* de problema, que deverá ser decifrado. Contudo, como lembra Wagner, “o desconhecido ou o problemático, numa dada situação, só se torna relevante na medida em que impede a formação de uma definição da situação de acordo com os interesses e planos atuais da pessoa” (Wagner, 1979, p. 24). Por fim, Schütz (2004b) distingue ainda um terceiro tipo, a relevância interpretativa, que é a continuação do tipo anterior, que demandará uma interpretação mais detida para que o problema seja reconhecido. Essa interpretação poderá se dar de maneira rápida, caso o conhecimento necessário para tal seja aquele acionado rotineiramente, do contrário, o indivíduo irá empreender esforços específicos para conduzir uma interpretação satisfatória, antes mesmo de tomar os primeiros passos na ação. Com isso, resta evidente que determinante aqui é não apenas a posição biográfica em que se encontra o indivíduo, mas, da mesma forma, o resultado da história pessoal, das experiências disponíveis imediatamente à consciência ou à disposição, ou seja,

das experiências próprias e daqueles seus contemporâneos e que o antecederam, transmitidas a ele de alguma maneira (Schütz, 2004b, p 69). É esse conhecimento adquirido pela experiência que irá organizar os distintos graus de relevância mobilizados pelos indivíduos em todas e quaisquer situações da vida cotidiana.

Ao se dedicar à análise da relevância, o sociólogo está lidando com o principal problema da investigação fenomenológica do mundo da vida (Nasu, 2008, p. 92), pois trata-se de investigar como os indivíduos experienciam objetos e eventos ao seu redor, ou seja, de que maneira percebem, reconhecem, interpretam, conhecem e agem na vida cotidiana a partir da seleção de fatos na totalidade de elementos envolvidos em cada situação. Com isso, a própria experiência se dá como processo de escolha e não como fatalidade ou recepção passiva de dados e informações, uma vez que o indivíduo escolhe quais elementos de sentido recebem sua atenção, ou seja, quais dentre os inúmeros elementos envolvidos são tornados relevantes.

Se por um lado poder-se-ia dizer que o indivíduo nem sempre escolhe os fatos objetivos da vida com os quais está confrontado, por outro lado, está ao seu alcance realizar escolhas quanto à atenção dedicada aos problemas. Essas escolhas estão, porém, orientadas pelo estoque de conhecimento acumulado em experiências anteriores, suas próprias e também de terceiros com os quais mantém qualquer tipo de vinculação, mesmo que não seja seu contemporâneo. Nesse sentido, escolhas presentes e futuras são de alguma maneira informadas pelas escolhas já realizadas no passado, sem que isso, porém, se constitua em algo do qual o indivíduo não possa escapar. Isso porque até mesmo as experiências passadas são constantemente submetidas à interpretação e reinterpretação por parte do indivíduo que age. Desta maneira, embora ancorado no estoque de conhecimento à mão, o curso de ação individual permanece em aberto, ainda que constrangido por fenômenos sobre os quais não mantém qualquer controle.

O processo de tipificação de atos, que faz par com o sistema de relevância, antecede a percepção de situações, uma vez que o pressuposto para que uma situação seja de fato percebida, é ter sido antecipada pela tipificação (Psathas, 1980, p. 9). Os objetos com os quais estabelecemos contato, mesmo pela primeira vez, como um animal, um carro ou um objeto cultural, por exemplo, são vivenciados por tipificação, ou seja, são remetidos a um “catálogo” onde iremos buscar afinidades e semelhanças com as coisas já vistas ou conhecidas. A tipificação é gerada socialmente, o que quer dizer que o meio no qual um indivíduo nasce ou é socializado constrói e reconhece uma tipificação de objetos e relações, transmitida aos novos

membros do grupo já na infância e que em geral são aceitos por aqueles que participam deste grupo. Simultaneamente, o indivíduo realiza uma autotipificação, ao tipificar sua situação no mundo e as diversas relações que mantém com seus semelhantes e todos os demais objetos, físicos e culturais (Schutz, 1979, p. 118). Por constituir-se em uma referência para a percepção da situação, a tipificação é ela própria submetida à interpretação por parte do indivíduo, conduzindo então a uma tipificação individual, própria, sobre a qual se assentará o roteiro de ação. Por um lado, essa tipificação permite ao indivíduo antecipar as perspectivas do objeto com o qual se está em contato; por outro lado, possibilita organizar as expectativas em relação a esse objeto. Essa tipificação poderá, eventualmente, mostrar-se incongruente com a realidade que se avizinha, o que deverá provocar, da parte do indivíduo, ajustes na percepção da realidade, mediante a interpretação dos elementos relevantes envolvidos na situação.

Na análise da perspectiva do ator para a compreensão de sua ação é importante chamar a atenção para a distinção entre conhecimento à mão e conhecimento em mãos. No primeiro tipo, trata-se de conhecimento que está disponível ao indivíduo ainda que não faça uso dele de maneira direta e objetiva ou que sequer o indivíduo tenha consciência deste conhecimento. É um tipo de conhecimento ao qual o pesquisador pode ter acesso mediante a narrativa do indivíduo por vincular-se fortemente à sua própria biografia. Ao contrário, o conhecimento em mãos é aquele que está não apenas acessível, mas que é efetivamente acionado em uma situação específica, de maneira objetiva. Dessa maneira, esse sistema de conhecimento – que é resultante da sedimentação de experiências subjetivas (biografia) no mundo da vida (Schutz e Luckmann, 1973, p. 123) – assume, para aqueles indivíduos que se reconhecem membros internos de um grupo ou comunidade, “um aspecto de coerência, clareza e consistência suficientes para que todos tenham uma *chance* razoável de compreender e ser compreendidos” (Schutz, 1979, p. 81).

Em contraposição à crítica pós-estruturalista do sujeito, que nega a este qualquer papel importante no conhecimento que se pode obter da realidade (Peters, 1998, p. 39), o empreendimento investigativo proposto por Schütz está baseado em colocar em evidência a subjetividade dos sujeitos, sem que isso implique em dizer que toda a realidade poderia ser abarcada única e exclusivamente por meio deste recurso, mas apenas que essa é uma maneira de se aproximar da compreensão da realidade que se quer analisar, maneira essa muito modestamente adotada na sociologia brasileira. Coloca-se dessa forma como uma

possibilidade a investigação da interpretação subjetiva dos atores, mediante o acesso às experiências acumuladas e consolidadas em suas biografias.

2- Experiência e narrativa biográfica

A análise das narrativas relativamente à biografia se torna ainda mais necessária e relevante, tendo em vista os desafios crescentes colocados aos indivíduos nas sociedades contemporâneas (Beck, 2000). Esses desafios não se limitam aos aspectos materiais, dados, por exemplo, pelas incertezas relacionadas à inserção no mercado de trabalho, assumindo crescentemente uma dimensão simbólica, expressa, por exemplo, pela exigência de uma definição cada vez mais precoce dos contornos que devem assumir as próprias identidades. Os indivíduos encontram-se como que compelidos cada vez mais às escolhas e à definição do estilo de vida que sintetize seu lugar no mundo, já que o estilo de vida implica em “... um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo segue, não apenas porque tais práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque elas dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (Giddens, 1993, p. 81 [tradução minha]). Isso se deve, em boa medida, ao fato de a construção e representação do *self* constituir-se em um problema relevante para os indivíduos nas sociedades contemporâneas (Giddens, 1993), fortemente marcadas por um processo de destradicionalização, em que o indivíduo ocupa um lugar central na definição de sua própria identidade, uma vez que “temos de decidir não só quem somos, e como agimos, mas como parecemos para o mundo exterior” (Giddens, 1996: 97; sobre isso ver também Leccardi, 2005). De acordo com Giddens, as identidades herdadas ou forjadas por um *status* tradicional não mais satisfazem aos indivíduos, fazendo com que o *self* se torne ele próprio objeto de manipulação. O processo no qual surge o *self* é um processo social que envolve a interação de indivíduos da comunidade e a pré-existência dessa comunidade (Mead, 1972, p.164), caracterizada pela interação do *ego* com o *alter*, mutuamente orientados¹⁰. Essa complementaridade ou reciprocidade é possível em razão das condições prévias de existência de uma comunicação através de um sistema comum de símbolos ou cultura comum. As tensões provocadas por essas exigências em torno às

¹⁰ Embora seja possível encontrar pontos em comum entre Mead e Schütz, Etzrodt (2008) traça um paralelo entre ambos, apontando diferenças importantes nas abordagens sobre individualidade (Mead) e intersubjetividade (Schütz).

representações de si, bem como seu impacto sobre a percepção da alteridade, parecem atuar de alguma maneira sobre como os indivíduos organizam seus roteiros de ação e acabam por configurar suas biografias.

Um problema que se coloca aqui, do ponto de vista da investigação sociológica, é como obter acesso à interpretação subjetiva. Schütz não chegou a oferecer um roteiro para a pesquisa empírica baseada em sua análise teórica e epistemológica, ainda que nos últimos anos de vida houvesse se planejado para desenvolver uma pesquisa empírica sobre delinquência juvenil em Nova York (Barber, 2004), sem ter podido realizá-la. A abordagem da narrativa biográfica desenvolvida pelo sociólogo alemão Fritz Schütze (1984), e, posteriormente, incrementada por Gabriele Rosenthal (2004; 2008), já bastante bem consolidada, permite a construção de tipologias de interpretações do mundo da vida, considerando neste processo como os indivíduos manuseiam seu “estoque de conhecimento” e, sobretudo, como manuseiam o sistema de relevância e tipificação, elementos-chave no processo interpretativo cotidiano do indivíduo, de acordo com a sociologia influenciada pela fenomenologia.

O uso de narrativas ou narrativas biográficas permanece ainda marginal na pesquisa sociológica brasileira, a despeito de seu uso estar se tornando mais difundido (ver, por exemplo, Stoll, 2004; Weller, 2005a e 2005b; Feltran, 2008). Contudo, o recurso da narrativa ainda é, em muitos casos, encarado como uma maneira de se obter dos entrevistados informações objetivas sobre as condições de vida dos mesmos, sendo utilizada em boa medida para complementar outros tipos de coleta de dados. É importante destacar que a pesquisa sociológica brasileira recente, ao se valer das narrativas dos informantes, não distingue entre argumentos, descrições e narrativas propriamente ditas. Essa distinção, oriunda da lingüística e incorporada à pesquisa sociológica de narrativas biográficas por Fritz Schütze (ver, por exemplo, Schütze, 1983), é indispensável ao empreendimento analítico que se baseia na experiência dos atores a partir de suas próprias narrativas, tendo em vista que a narrativa é o recurso discursivo mais estreitamente vinculado ao desencadeamento de ações (Rosenthal, 2004, p. 53; Labov e Waletzky, 1973), ou, de maneira mais precisa, é aquele tipo de discurso que mais se aproxima da maneira do narrador apresentar a sua interpretação do desencadeamento de ações (KÜSTERS, 2009, p.25).

A narrativa biográfica, especificamente, é capaz de oferecer um acesso bastante útil para a análise não apenas da vida do narrador, das conexões entre o indivíduo e seu grupo ou

comunidade (Carvalho, 2003, p. 293), mas permite igualmente obter elementos importantes para a análise das interpretações subjetivas sobre a ação e seu contexto social, considerando-se, contudo, que qualquer narrativa é uma interpretação a partir de uma situação biográfica determinada (Schutz, 1979, p. 73). De acordo com Rosenthal, a compreensão das ações dos indivíduos requer investigar tanto a perspectiva subjetiva do ator quanto o curso da sua ação, o que implica em dizer que essa investigação deve se debruçar sobre suas experiências, sobre o sentido que os indivíduos atribuíram a suas ações na ocasião, que sentidos atribuem agora e em que contexto biográfico o narrador localiza suas experiências (Rosenthal, 2004, p. 49). Dessa maneira, o recurso da narrativa biográfica pode ser assumido como a possibilidade de combinação de uma abordagem diacrônica (a própria biografia) com uma abordagem sincrônica (a biografia interpretada a partir de um momento biográfico específico).

Com a abordagem das narrativas biográficas, sobretudo a partir da formulação e da análise proposta por Gabriele Rosenthal (2008), pode-se obter os dados necessários para a análise do sistema de relevância compartilhado entre grupos de pessoas que compartilham experiências semelhantes (por exemplo, engajamento em movimentos sociais específicos, desemprego, cometimento de delitos e violência, etc.). Ao se obter narrativas das experiências biográficas, na perspectiva do agente, é possível obter acesso aos dados que poderão permitir a análise do sistema de relevância do narrador, pressuposto indispensável, de acordo com a sociologia de Schütz, para a compreensão da ação daqueles que agem. Para tanto, o entrevistador deve seguir um procedimento de entrevista bastante distinto das formas difundidas de entrevista semi-estruturada, cujo objetivo é não direcionar o entrevistado com questões pre-definidas, tendo em vista que tal procedimento provoca invariavelmente a contaminação do entrevistado com o sistema de relevância do pesquisador. Ainda que o pesquisador tenha claramente definido seu problema de pesquisa, recomenda-se que a primeira questão formulada ao entrevistado deva ser a mais aberta possível, para que os entrevistados apresentem toda sua vida, de maneira a mais extensa e detalhada possível. Dessa maneira, o(a) entrevistado(a) poderá selecionar do seu próprio sistema de relevância, o momento mais conveniente para o início da sua narrativa biográfica, as fases da vida que deverão merecer maior atenção, os episódios que receberão mais destaque e que serão mais detalhadamente narrados, ou, ao contrário, episódios sobre os quais serão realizadas descrições. Já aqui o biografado está fazendo escolhas que estão vinculadas de alguma maneira à ação e à sequência narrativa. Essas escolhas estão fundadas no sistema de

relevância, que permite ao indivíduo *selecionar* os conhecimentos à disposição na medida em que são *relevantes* para a ação (Nasu, 2008, p. 91). Caso se colocasse ao entrevistado questões explícitas e bem direcionadas estar-se-ia emprestando ao entrevistado o sistema de relevância do pesquisador.

É recorrente durante a entrevista a ocorrência de passagens não apenas narrativas, mas também descritivas, em que são descritas, por exemplo, condições sociais, condições da época, características dos atores ou circunstâncias da situação, e argumentativas, em que são apresentados esclarecimentos, orientações, elementos biográficos ou identitários do narrador (Schütze, 1984, p. 91). Diferentemente da descrição e da argumentação, narrativas referem-se à sequência de eventos passados ou mesmo fictícios, que possuem uma relação de sequência temporal ou uma conexão causal entre eles (Rosenthal, 2008, p. 139). Dessa forma, os trechos narrativos da entrevista devem ser priorizados exatamente por permitirem a provisão de elementos analíticos adequados para a investigação da interpretação subjetiva, uma vez que a narrativa – mais que a descrição e a argumentação – refere-se mais intimamente ao roteiro de ação (Küsters, 2009, p.25) desempenhado pelo ator.

Cada entrevista deve ser transcrita integralmente e submetida à *análise reconstrutiva e sequencial*. A *análise reconstrutiva* significa que a entrevista não é abordada com categorias pré-definidas, nem submetida a teste de hipóteses formuladas *a priori*. O objetivo da reconstrução é decodificar tanto o significado da experiência biográfica vivida no passado quanto o significado da apresentação realizada no presente. Na *análise sequencial*, que é antecedida pelo levantamento dos eventos ao longo da vida do biografado (nascimento, dados escolares, constituição da família, mudança de residência, doenças, etc.), o texto transcrito é interpretado em pequenas unidades de acordo com sua forma sequencial, ou seja, a sequência como o texto é criado no momento da entrevista. Seguindo-se aqui os procedimentos da análise da hermenêutica objetiva, proposta por Ulrich Oevermann (ver Wernet, 2009) e adotada por Rosenthal, cada dado da sequência biográfica é inicialmente interpretado sem se confrontar com a totalidade do que foi apresentado na entrevista, mas seu significado, para quem analisa, vai ganhando consistência na medida em que avança a análise de toda a entrevista, quando cada evento narrado é interpretado dentro do contexto da própria entrevista. Convém chamar a atenção que o esforço aqui, como atividade sociológica, é direcionado à tentativa de reconstruir as estruturas latentes do significado dos eventos biográficos ou episódicos, uma vez que estes não estão disponíveis ao entrevistado

(Rosenthal, 2004, p.55). Esse procedimento analítico implica em dividir o texto resultante da narrativa em pequenas unidades analíticas, divididas por campos temáticos introduzidos pelo próprio entrevistado, para as quais são formuladas hipóteses que são testadas com base no procedimento da abdução, ou seja, em que as hipóteses são geradas a partir dos fatos narrados, assim como nos fatos omitidos, tendo em vista que a análise considera dados obtidos tanto diretamente da entrevista quanto de informações adicionais sobre o informante (por exemplo, prontuários de internação médica ou de instituição punitiva, agência de emprego, ou, na ausência desses dados, informações obtidas com seu círculo mais próximo de relações). Neste sentido, importa igualmente os eventos vividos pelo entrevistado, mas não mencionados ao longo de toda a entrevista. As entrevistas são então analisadas tanto em seu conjunto, identificando-se a sequência, as formas discursivas e os campos temáticos, para os quais são formuladas e testadas hipóteses relativamente à interpretação subjetiva (de quem narra) das experiências biográficas.

Esse complexo procedimento de coleta e análise de dados permite abordar o problema da interpretação subjetiva na vida cotidiana de maneira adequada, precisamente por permitir, de um lado, que o sistema de relevâncias e tipificações se explicitem, e de outro lado, que o estoque de conhecimento à mão forneça elementos importantes para a compreensão da experiência do entrevistado e, com isso, pode-se obter novos elementos para a compreensão da realidade social, assim como da ação do ator.

3- Conclusão

A literatura nas ciências sociais brasileiras tem sido modestamente receptiva a análises que procuram compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva da ação individual, ou seja, por meio de uma análise sociológica da subjetividade. Procuramos, aqui, explorar o tema a partir dos elementos teóricos da sociologia de Alfred Schütz e da abordagem das narrativas biográficas, precisamente por permitir a emergência do sistema de relevância dos atores, elemento central na sociologia schütziana para a compreensão da ação. A análise de narrativas biográficas baseada nos conceitos de Schütz se mostram como um empreendimento promissor, mesmo que de maneira preliminar, uma vez que permite explorar a fundamentação da ação dos próprios agentes. Como afirmado por Schütz, estas fundamentações estão

conectadas à maneira que estas experiências estão acumuladas em suas respectivas biografias e expressas por meio do seu sistema de relevância, concebido como a orientação individual para a ação. Procedendo como se propôs aqui, teórica e metodologicamente, pode-se obter uma melhor compreensão da interpretação de indivíduos de comunidades semelhantes ou daqueles que compartilham experiências comuns.

4- Referências

- BARBER, Michael D. *The participating citizen – A biography of Alfred Schutz*. SUNY Press, 2004.
- BECK, Ulrich. *Risikogesellschaft – Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratiques*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BÜLOW-SCHRAMM, Margret/GERLOF, Karsten. Lebensweltliche Konstruktionen von Studierenden – Brücken zum Habitus?, disponível em http://www1.uni-hamburg.de/QUEST//Pdf/lebensweltl_konstruktionen.pdf, acesso em 21/07/2008.
- CAMPBELL, Colin. *The myth of social action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica, *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n.19, pp.283-302, 2003.
- CICOUREL, Aaron. As manifestações institucionais e cotidianas do *habitus*, *Tempo Social*, v.19, n.1, pp.169-188, 2007.
- CROSSLEY, Nick. The phenomenological habitus and its construction, *Theory and Society*, 30, p.81-120, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaire de France, 1962.

- ENDREß, Martin; RENN, Joachim. Einleitung der Herausgeber, in: Schütz, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt – Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band II). Konstanz: UVK, 2004.
- ETZRODT, Christian. The foundation of an interpretative sociology: a critical review of the attempts of George H. Mead and Alfred Schutz, *Human Studies*, 31, p. 157-177, 2008.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.1, p. 93-126, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico – Uma crítica positiva das sociologias compreensivas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and self-identity – Self and society in the late modern age*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.
- GORMAN, Robert A. *A visão dual – Alfred Schutz e o mito da ciência social fenomenológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns – Band 2 Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia – entre facticidade e validade I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALL, John R. Max Weber's methodological strategy and comparative lifeworld phenomenology, in: Peter Hamilton (org.), *Max Weber: Critical assessments 1, Volume II*. London: Routledge, 1991.
- JENKINS, Richard. *Social identity*. London: Routledge, 2002.
- KÜSTERS, Ivonne. *Narrative Interviews – Grundlage und Anwendungen*. Wiesbaden: VS Verlag, 2009.
- LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Erzählanalyse: mündliche Versionen persönlicher Erfahrung, in: Ihwe, Jens (org.), *Literaturwissenschaft und Linguistik – Eine Auswahl*. Frankfurt am Main: Athenäum Fischer Taschenbuch Verlag, 1973.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro – mudança social, jovens e tempo, *Tempo Social*, v.17, n. 2, p.35-57, 2005.
- MEAD, Georg H. *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

- MUSE, Kenneth R. Edmund Husserl's impact on Max Weber, in: Peter Hamilton (org.), *Max Weber: Critical assessments 2, Volume II*. London: Routledge, 1991.
- NATANSON, Maurice. Alfred Schutz: Philosopher and social scientist, *Human Studies*, 21, p.1-12, 1998.
- NASU, Hisashi. A continuing dialogue with Alfred Schütz, *Human Studies*, 31, p. 87-105, 2008.
- NASU, Hisashi. How is the other approached and conceptualized in terms of Schutz's constitutive phenomenology of the natural attitude?, *Human Studies*, 28, p. 385-396, 2006.
- OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. Mundo da vida: a apropriação habermasiana de Husserl e Wittgenstein. *Veritas*, Porto Alegre, v.44, n.1, marco, 1999, p.133-145.
- PARSONS, Arthur S. Interpretive sociology: the theoretical significance of Verstehen in the constitution of social reality, *Human Studies*, 1, p.111-137, 1978.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo – todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- PSATHAS, George. Alfred Schutz's influence on American sociologists and sociology, *Human Studies*, 27, p. 1-35, 2004.
- ROSENTHAL, Gabriele. Biographical research. In: Seale, C.; Gobo, G.; Gubrium, J.F.; Silverman, D. (eds.): *Qualitative Research Practice*. London: Sage, p.46-64, 2004.
- ROSENTHAL, Gabriele. *Interpretative Sozialforschung – Eine Einführung*. Weinheim: Juventa, 2008.
- SCHUTZ, Alfred. *The phenomenology of the social world*. London: Heinemann Education Books, 1972.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHÜTZ, Alfred. *Theorie der Lebenswelt I – Die pragmatische Schichtung der Lebenswelt*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band V.1, organizado por Martin Endreß e Ilja Srubar). Konstanz: UVK, 2003.

- SCHÜTZ, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt – Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band II, organizado por Martin Endreß e Joachim Renn). Konstanz: UVK, 2004a.
- SCHÜTZ, Alfred. *Relevanz und Handeln 1 – Zum Phänomenologie des Alltagswissens*. (Alfred Schütz Werkausgabe Band VI.1, organizado por Elisabeth List). Konstanz: UVK, 2004b.
- SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *The structures of the life-world*. Volume 1. Evanston: Northwestern University Press, 1973.
- SCHÜTZE, Fritz. Biographieforschung und narratives Interview, *Neue Praxis*, Heft 3, p.283-293, 1983.
- SCHÜTZE, Fritz. Kognitive Figuren des autobiographischen Stegreiferzählens. In: Kohli, Martin; Robert, Günther (eds.), *Biographie und soziale Wirklichkeit*. Stuttgart: Metzler, 1984.
- STAUDIGL, Michael. Towards a phenomenological theory of violence: reflections following Merleau-Ponty and Schutz, *Human Studies*, 30, p. 233-253, 2007.
- STOLL, Sandra Jacqueline. Narrativas biográficas: a construção da identidade espírita no Brasil e sua fragmentação, *Estudos Avançados*, 18 (52), p. 181-199, 2004.
- THROOP, C. Janson; MURPHY, Keith M. Bourdieu and phenomenology – A critical assessment, *Anthropological Theory*, 2, p.185-207, 2002.
- VÖLTER, Bettina. *Judentum und Kommunismus – Deutsche Familiengeschichten in drei Generationen*. Opladen: Leske + Budrich, 2003.
- WAGNER, Helmut R. Introdução: A abordagem fenomenológica da sociologia, in: Alfred Schutz, *Fenomenologia e relações sociais* (textos escolhidos de Alfred Schutz). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Volume 1. São Paulo: UnB, 2004.
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível, *Estudos Feministas*, 13 (1), p.107-126, 2005a.
- WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos, *Sociologias*, n.13, p.260-300, 2005b.
- WERNET, Andreas. *Einführung in die Interpretationstechnik der Objektiven Hermeneutik*. Wiesbaden: VS Verlag, 2009.